

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
<b>Ordinárias</b>	278.399.525
<b>Preferenciais</b>	278.399.525
<b>Total</b>	556.799.050
<b>Em Tesouraria</b>	
<b>Ordinárias</b>	0
<b>Preferenciais</b>	0
<b>Total</b>	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	3.525.667	3.471.254	3.332.439
1.01	Ativo Circulante	378.919	415.659	394.918
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	317.994	338.844	337.399
1.01.03	Contas a Receber	43.387	44.908	40.627
1.01.03.01	Clientes	43.387	44.908	40.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.456	17.381	7.098
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.456	17.381	7.098
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.568	7.571	2.542
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	514	6.955	7.252
1.02	Ativo Não Circulante	3.146.748	3.055.595	2.937.521
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	198.320	192.041	167.464
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	16.074	41.513	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	16.074	41.513	0
1.02.01.04	Contas a Receber	40.032	1.663	1.622
1.02.01.07	Tributos Diferidos	141.201	148.837	165.842
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.013	28	0
1.02.03	Imobilizado	5.682	7.134	9.282
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.682	7.134	9.282
1.02.04	Intangível	2.942.746	2.856.420	2.760.775
1.02.04.01	Intangíveis	2.942.746	2.856.420	2.760.775
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.045.515	1.076.459	1.107.390
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.897.231	1.779.961	1.653.385

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	3.525.667	3.471.254	3.332.439
2.01	Passivo Circulante	391.484	450.336	309.503
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.058	8.867	8.459
2.01.01.01	Obrigações Sociais	-98	1.283	1.158
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.156	7.584	7.301
2.01.02	Fornecedores	112.268	143.793	7.497
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	112.268	143.793	7.497
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.278	17.412	5.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.448	14.109	2.605
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.830	3.303	2.838
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	248.763	260.546	267.216
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.383	94.237	99.950
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	93.383	94.237	99.950
2.01.04.02	Debêntures	155.380	166.309	167.266
2.01.05	Outras Obrigações	13.117	19.718	20.888
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.309	4.059	4.068
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.309	4.059	4.068
2.01.05.02	Outros	8.808	15.659	16.820
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	0	6.198
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	4.154	915	843
2.01.05.02.05	Outros passivos	4.654	14.744	5.977
2.01.05.02.06	Dividendo adicionais	0	0	3.802
2.02	Passivo Não Circulante	2.289.658	2.190.311	2.247.799
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.685.769	1.763.589	1.863.118
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	249.574	328.861	406.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	249.574	328.861	406.417
2.02.01.02	Debêntures	1.436.195	1.434.728	1.456.701
2.02.02	Outras Obrigações	566.487	396.327	378.203
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	399.334	383.230	371.144

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	399.334	383.230	371.144
2.02.02.02	Outros	167.153	13.097	7.059
2.02.02.02.03	Outros Passivos	107.153	13.097	7.059
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	0	0
2.02.04	Provisões	37.402	30.395	6.478
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.073	735	614
2.02.04.02	Outras Provisões	31.329	29.660	5.864
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	31.329	29.660	5.864
2.03	Patrimônio Líquido	844.525	830.607	775.137
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	91.738	77.820	22.350

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	869.631	859.283	757.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-525.532	-470.889	-352.630
3.03	Resultado Bruto	344.099	388.394	405.365
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.465	-54.548	-25.945
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.465	-54.548	-25.945
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-27.686	-23.036	-22.563
3.04.02.02	Honorários dos administradores	0	-2.938	-3.277
3.04.02.03	Outras receitas líquidas	221	-28.574	-105
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	316.634	333.846	379.420
3.06	Resultado Financeiro	-295.227	-250.224	-339.847
3.06.01	Receitas Financeiras	28.493	33.229	41.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-323.720	-283.453	-381.765
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.407	83.622	39.573
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.489	-28.152	-13.476
3.08.02	Diferido	-7.489	-28.152	-13.476
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.918	55.470	26.097
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.918	55.470	26.097
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.918	55.470	26.097
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.918	55.470	26.097

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	307.220	292.944	228.618
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	506.786	526.092	457.401
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	21.407	83.622	39.573
6.01.01.02	Depreciação e amortização	161.897	115.817	77.303
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	32.458	24.394	722
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	294.757	273.010	333.864
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-2.483	-2.459	-1.883
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	169	31.587	7.350
6.01.01.07	Provisão para contingências	5.338	121	472
6.01.01.08	Receita diferida	-6.757	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.958	21.489	29
6.01.02.01	Contas a receber	600	-3.825	1.841
6.01.02.03	Partes relacionadas	296	-164	402
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.018	-4.955	-860
6.01.02.05	Outros ativos	-31.303	6.299	-4.067
6.01.02.06	Fornecedores	28.850	18.443	593
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	191	408	-280
6.01.02.08	Tributos a pagar	-6.346	6.727	182
6.01.02.11	Outros passivos	31.563	8.839	3.444
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.089	-10.283	-1.226
6.01.03	Outros	-234.524	-254.637	-228.812
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-205.671	-199.782	-184.157
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	-26.219	-48.951	-44.655
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.634	-5.904	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.946	-157.866	-138.134
6.02.01	Aplicações financeiras	31.837	-36.877	51.194
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.329	-1.597	-8.570
6.02.03	Adições ao intangível	-209.454	-119.392	-180.758
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-149.124	-133.633	-101.135



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-129.681	-123.633	-101.135
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	-10.000	0
6.03.03	Pagamento de custos de transação	-19.443	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.850	1.445	-10.651
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	338.844	337.399	348.050
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	317.994	338.844	337.399

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.918	0	13.918
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.918	0	13.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.918	-13.918	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	696	-696	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	9.917	-9.917	0	0
5.06.06	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	3.305	-3.305	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.470	0	55.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.470	0	55.470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.470	-55.470	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.774	-2.774	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	39.522	-39.522	0	0
5.06.06	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	13.174	-13.174	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.097	0	26.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.097	0	26.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.097	-26.097	0	-10.000
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.305	-1.305	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	14.792	-14.792	0	0
5.06.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-6.198	0	-6.198
5.06.07	Dividendos adicionais	0	0	0	-3.802	0	-3.802
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	928.501	918.203	813.451
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-347.565	-337.742	-251.690
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-347.565	-337.742	-251.690
7.03	Valor Adicionado Bruto	580.936	580.461	561.761
7.04	Retenções	-161.897	-115.817	-77.303
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-161.897	-115.817	-77.303
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	419.039	464.644	484.458
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.714	1.717	41.813
7.06.02	Receitas Financeiras	28.493	33.229	41.918
7.06.03	Outros	221	-31.512	-105
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	447.753	466.361	526.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	447.753	466.361	526.271
7.08.01	Pessoal	35.174	32.466	33.390
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.234	24.860	24.148
7.08.01.02	Benefícios	5.191	6.200	7.091
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.749	1.406	2.151
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	73.613	90.980	77.776
7.08.02.01	Federais	39.380	57.320	46.571
7.08.02.02	Estaduais	161	104	124
7.08.02.03	Municipais	34.072	33.556	31.081
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	325.048	287.445	389.008
7.08.03.01	Juros	322.239	283.453	379.560
7.08.03.02	Aluguéis	2.627	3.888	4.924
7.08.03.03	Outras	182	104	4.524
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.918	55.470	26.097
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.918	55.470	26.097

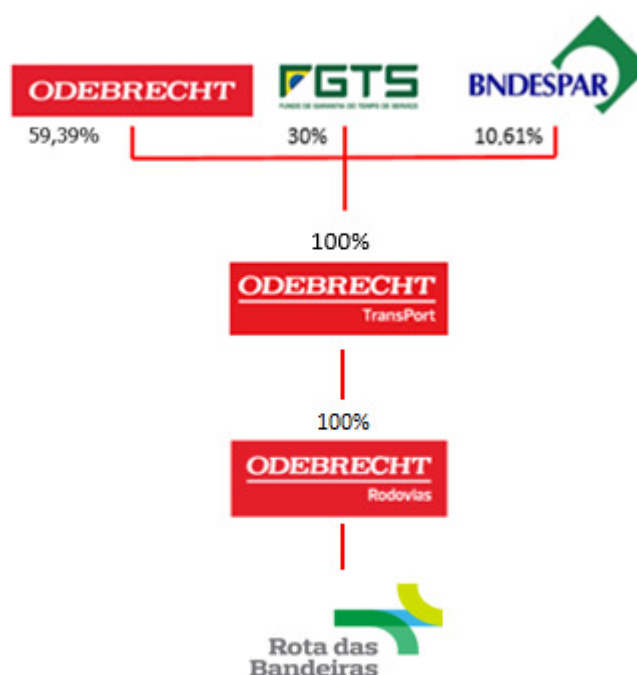
## Relatório da Administração

**Itatiba, 26 de março de 2019** - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

### 1. Apresentação

#### Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

## **Relatório da Administração**

### **Características do Projeto**

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

### **Características da Região**

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No ano de 2018, o aeroporto de Viracopos transportou 241,3 mil toneladas de cargas e movimentou 9,2 milhões de passageiros.

## Relatório da Administração

### Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 278 atendimentos por dia no ano de 2018.

## 2. Sumário Executivo

### Cenário Macroeconômico<sup>1</sup>

A volatilidade e a aversão ao risco permaneceram elevadas nos mercados internacionais, em meio às preocupações com os rumos da economia global em 2019. No entanto, sinais na margem se mostraram mais favoráveis, após a indicação do Fed de que poderá encurtar o ciclo de aumento dos juros e a melhora da percepção acerca das tensões comerciais entre EUA e China. No âmbito doméstico, a posse do novo governo trouxe sinais positivos para a economia.

o IPCA fechou 2018 com alta de 3,75%, abaixo da meta estipulada. O resultado chama a atenção, pois, a despeito da pressão dos preços administrados, da depreciação cambial deste ano e do efeito da greve dos caminhoneiros, os preços de mercado mostraram dinâmica de lenta reação durante todo o ano e mantiveram o índice abaixo da meta estipulada.

A queda do IGP-M em dezembro foi influenciada pelo movimento dos preços do atacado. No ano, o índice acumulou alta de 7,54%.

A taxa de câmbio BRL/USD encerrou dezembro em R\$ 3,875/US\$, leve alta de 0,3% ante o fechamento de novembro (R\$ 3,863/US\$). A cautela com o cenário global e as incertezas com o avanço da agenda de reformas mantiveram o câmbio pressionado. A média do mês ficou em R\$ 3,885/US\$, alta de 2,60%.

---

<sup>1</sup> Fonte: Tendências Consultoria Integrada – Janeiro/2019.



## Relatório da Administração

### Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada aos veículos pesados. No ano de 2018 ocorreram dois eventos atípicos, a greve dos caminhoneiros e a suspensão do pagamento de eixo suspenso a partir do dia 31 de maio de 2018, com isso o tráfego de veículos pesados em VEQ de 2018 (Veículos Equivalentes) ficou 1,9% abaixo se comparado a 2017, assim como o tráfego de veículos leves que apresentou queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um total de -1,4%. Entretanto, desconsiderando esses efeitos o tráfego fecharia em um crescimento de 5,1%, sendo 0,5% de veículos leves e 8,3% de veículos pesados.

A margem EBITDA<sup>2</sup> apresentou aumento de 0,3 p.p. quando comparado a 2017 (de 82,0% para 82,3%).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,30x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

### 3. Destaques

- Receita Bruta de Pedágio: Crescimento de 1,7% em 2018 comparado a 2017;
- EBTIDA<sup>2</sup>: Aumento de 2,1% em 2018 vs 2017, apresentando um valor de R\$ 513.625.

### 4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao ano 2018 e 2017.

---

<sup>2</sup> EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

## Relatório da Administração

### Tráfego

Tráfego	milhares					
Categoria	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
<b>Pesado</b>	<b>12.820</b>	<b>13.728</b>	<b>-6,6%</b>	<b>50.501</b>	<b>51.497</b>	<b>-1,9%</b>
%Veic. Eq. Totais	57,0%	58,8%	-1,9 p.p.	58,3%	58,6%	-0,3 p.p.
<b>Leve</b>	<b>9.685</b>	<b>9.608</b>	<b>0,8%</b>	<b>36.127</b>	<b>36.318</b>	<b>-0,5%</b>
%Veic. Eq. Totais	43,0%	41,2%	1,9 p.p.	41,7%	41,4%	0,3 p.p.
<b>Total Veq.<sup>1</sup></b>	<b>22.505</b>	<b>23.336</b>	<b>-3,6%</b>	<b>86.628</b>	<b>87.815</b>	<b>-1,4%</b>
Tarifa média <sup>2</sup>	7,75	7,55	2,7%	7,64	7,41	3,1%

<sup>1</sup> Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

<sup>2</sup> A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No ano de 2018, o tráfego pedagiado alcançou um total de 86.628 mil em VEQ, apresentando redução de 1,4% ante ao exercício anterior. O resultado foi afetado principalmente pela suspensão de cobrança dos eixos suspensos.

### Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Receita bruta total	292.186	234.658	24,5%	928.501	918.203	1,1%
Receitas de pedágio	174.439	176.128	-1,0%	662.026	651.093	1,7%
% Receita Totais	63,0%	80,3%	-17,3 p.p.	76,1%	75,8%	0,4 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.696	3.480	6,2%	20.864	21.191	-1,5%
% Receita Totais	1,3%	1,6%	-0,3 p.p.	2,4%	2,5%	-0,1 p.p.
Receita de construção	114.051	55.050	107,2%	245.611	245.919	-0,1%
% Receita Totais	41,2%	25,1%	16,1 p.p.	28,2%	28,6%	-0,4 p.p.
Impostos e contribuições sobre	- 15.245	- 15.373	-0,8%	- 58.870	- 58.920	-0,1%
% Receita Totais	-5,5%	-7,0%	1,5 p.p.	-6,8%	-6,9%	0,1 p.p.
Receita líquida de serviços	276.941	219.285	26,3%	869.631	859.283	1,2%

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 682.890 mil, apresentando um aumento de 1,6% em 2018 em relação ao ano anterior.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 662.026 mil no em 2018, o que representou um aumento de 1,7% se comparadas ao ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 20.864 mil em 2018, apresentando uma redução de 1,5% em relação a 2017.

## Relatório da Administração

### Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 4T18:

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
<b>Custos</b>	<b>(179.343)</b>	<b>(130.830)</b>	<b>37,1%</b>	<b>(525.532)</b>	<b>(470.889)</b>	<b>11,6%</b>
Custos dos Serviços Prestados	(25.009)	(20.851)	19,9%	(88.194)	(88.523)	-0,4%
Provisão de Conserva Especial	(6.365)	(11.866)	-46,4%	(32.458)	(24.394)	33,1%
Custos de Construção	(112.883)	(54.524)	107,0%	(243.128)	(243.460)	-0,1%
Depreciação/Amortização	(35.086)	(43.589)	-19,5%	(161.752)	(114.512)	41,3%
<b>Despesas</b>	<b>(6.675)</b>	<b>(11.327)</b>	<b>-41,1%</b>	<b>(27.686)</b>	<b>(23.036)</b>	<b>20,2%</b>
Despesas gerais e administrativas	(5.914)	(11.605)	-49,0%	(22.348)	(22.891)	-2,4%
Provisão de Contingências	(760)	278	-	(5.338)	(145)	-
<b>Total</b>	<b>(186.017)</b>	<b>(142.157)</b>	<b>30,9%</b>	<b>(553.217)</b>	<b>(493.925)</b>	<b>12,0%</b>

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 88.194 mil em 2018. A variação de custos apresentou uma redução de 0,4%.

As **Despesas gerais e administrativas** de 2018 resultaram em R\$ 22.348 mil, 2,4% abaixo que no ano anterior.

A **Provisão de Conserva Especial** de 2018 fechou em R\$ 32.458 mil, resultado do provisionamento de conserva especial dos próximos cinco anos.

A **Provisão de Contingências** de 2018 resultou em R\$ 5.338 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

## Relatório da Administração

### EBITDA

O EBITDA Ajustado acumulado até 31 de dezembro 2018 foi de R\$ 513.625 mil, registrando crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior.

Composição do EBITDA Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Resultado do exercício	5.283	7.605	-30,5%	13.918	55.470	-74,9%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	82.474	64.865	27,1%	295.227	250.224	18,0%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	- 3.259	- 4.696	-30,6%	- 7.489	- 28.152	-73,4%
<b>EBIT</b>	<b>91.016</b>	<b>77.166</b>	<b>17,9%</b>	<b>316.634</b>	<b>333.846</b>	<b>-5,2%</b>
Margem EBIT (%)	32,9%	35,2%	-2,3 p.p.	36,4%	38,9%	-2,4 p.p.
Depreciação e amortização	35.121	45.152	-22,2%	161.897	115.817	39,8%
<b>EBITDA</b>	<b>126.137</b>	<b>122.318</b>	<b>3,1%</b>	<b>478.531</b>	<b>449.663</b>	<b>6,4%</b>
Margem EBITDA (%)	45,5%	55,8%	-10,2 p.p.	55,0%	52,3%	2,7 p.p.
Margem de Construção <sup>1</sup>	- 1.167	- 526	122,0%	- 2.483	- 2.459	1,0%
Provisão Conserva Especial <sup>2</sup>	6.365	11.866	-46,4%	32.459	24.394	33,1%
Provisão para Contingência	760	278	-373,7%	5.339	145	3572,8%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 92	- 38	140,1%	221	31.512	-100,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>132.002</b>	<b>133.342</b>	<b>-1,0%</b>	<b>513.625</b>	<b>503.255</b>	<b>2,1%</b>
Margem EBITDA Ajustado (%)	81,0%	81,2%	-0,2 p.p.	82,3%	82,0%	0,3 p.p.

<sup>1</sup> É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

<sup>2</sup> Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

### Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Receitas Financeiras	7.014	7.656	-8,4%	28.493	33.229	-14,3%
Despesas Financeiras	(89.488)	(72.521)	23,4%	(323.720)	(283.453)	14,2%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(82.474)</b>	<b>(64.865)</b>	<b>27,1%</b>	<b>(295.227)</b>	<b>(250.224)</b>	<b>18,0%</b>

No ano de 2018, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 295.227 mil (18% ante a 2017), esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 28.493 mil em 2018 (redução de 14,3% sobre o ano anterior).

## Relatório da Administração

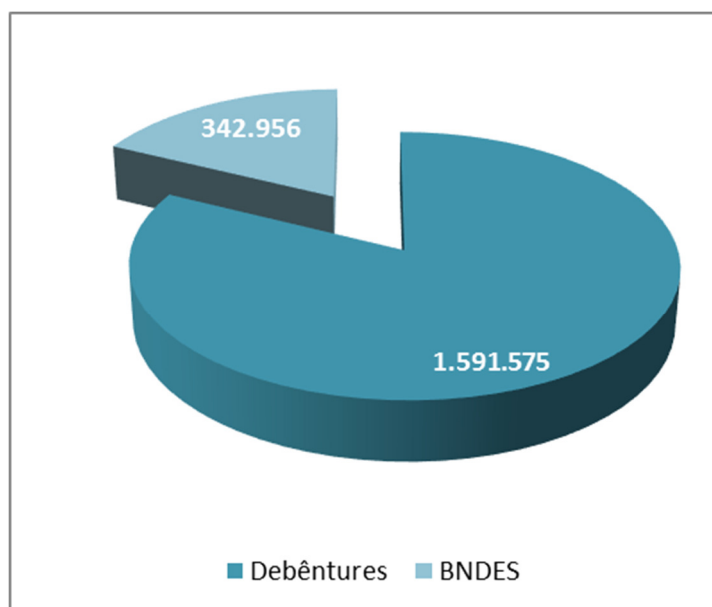
### Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2018	30 de setembro de 2018	Var. %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.934.532</b>	<b>1.895.673</b>	<b>2,0%</b>
Empréstimos e Debêntures	1.934.532	1.895.673	2,0%
Caixa e Aplicação Financeira	(334.068)	(299.575)	11,5%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.600.464</b>	<b>1.596.098</b>	<b>0,3%</b>

O saldo da Dívida Líquida da Companhia ficou 2,6% abaixo comparado ao período de 31 de dezembro de 2017.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

Composição da Dívida		
Descrição	31 de dezembro de 2018	Var. %
Debêntures	1.591.575	82,3%
BNDES	342.956	17,7%
<b>Total</b>	<b>1.934.532</b>	<b>100,0%</b>



*Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.*

## Relatório da Administração

### Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia em 2018 foram de R\$ 276.363 mil, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhão já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T18 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com continuidade entre os km 131,2 e 132,4 (Marginal Sul);
- ✓ Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332 - km 176 ao 180), Rodovia Romildo Prado (SP-063 - km 0 ao 2,3);
- ✓ Início da Duplicação da SPA067/360 (Fase I);
- ✓ Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira, trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Continuidade do Retorno em desnível km 176 da SP-332;
- ✓ Serviços de canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Implantação de passarela de pedestre km 145 e conclusão da passarela no km 134 da SP-065;
- ✓ Início das Marginais Secundárias da SP 065 km 95, km 97 e km 113.
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

### Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 13.918 mil.

## 5. Informações sobre a Companhia

### Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

## **Relatório da Administração**

No período findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizados aproximadamente 26,6 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 50,9% de serviços de inspeção;
- 19,1% de serviços de guincho;
- 15,8% de serviços mecânicos;
- 3,1% de serviços pré-hospitalares e;
- 11,2% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

### **Gestão de Pessoas**

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 622 integrantes em seu quadro.

### **Projeto Jovem Aprendiz**

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 26 aprendizes em seu efetivo.

### **Rota da Inclusão**

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava em seu quadro 11 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

## Relatório da Administração

### 6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

#### Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem



## Relatório da Administração

informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

## Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

## Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com

## Relatório da Administração

frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

### Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

## 7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

### Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

## Relatório da Administração

**Rota da Educação** - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 64 mil alunos desde o início de suas atividades, em um trabalho reconhecido em todo o país. Em 2015, a Concessionária apresentou o programa no prêmio DENATRAN, que elege os melhores trabalhos nacionais sobre o tema Trânsito, com o objetivo principal de incentivar a reflexão nos aspectos de segurança, respeito e cidadania no trânsito. Nesta premiação, a Companhia ficou em 2º lugar na categoria de Educação no Trânsito, concorrendo com 44 trabalhos de todo o país.

**Rota Reciclável** - O material recolhido nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro tem um novo destino. Em março de 2015, a Rota das Bandeiras inaugurou a central de triagem de material reciclável de Itatiba. O moderno espaço, cedido à Cooperativa Reviver, tem capacidade de reciclar 220 toneladas por mês, quantidade suficiente para atender o que é produzido nas cinco rodovias e também no perímetro urbano de Itatiba.

**Parada Legal** - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

**Por Cima do Risco** - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

## **Relatório da Administração**

**Campanha do Agasalho** - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

### **Responsabilidade Ambiental**

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

### **Preservação e Recuperação da flora**

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente

## **Relatório da Administração**

(APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 257 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

### **Respeito à Fauna**

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

### **Monitoramento de Focos de Incêndio**

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

## Relatório da Administração

### Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

### Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 35 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

## **Relatório da Administração**

### **Audidores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intencionalidade, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

### **Declaração da diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018.

Itatiba, 26 de março de 2019.

A Administração.

## Notas Explicativas

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar uma oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.



## Notas Explicativas

A Concessionária possui seis termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: (1ª) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; (2ª) firmado em março de 2011, estabelece a 1ª Adequação de Cronograma de obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; (3ª) firmado em setembro de 2014, referente a implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4ª) firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; (5ª) firmado em setembro de 2017, define o prazo de termino do projeto PaP da Rodovia SP-332 (3ª TAM) para o mesmo prazo de termino da Concessão e (6ª) firmado em dezembro de 2018, define o prazo de termino do projeto PaP da Rodovia SP-360 (4ª TAM) para o mesmo prazo de termino da Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

### **Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 12.565 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 34.677), em virtude da negociação junto aos seus fornecedores de ampliação dos prazos de pagamento.

### **Investigações e medidas judiciais em andamento**

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht.

A Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionadas à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos e não teve nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

### 2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

### 2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

#### c) Ativos financeiros

##### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

##### **Impairment de ativos financeiros**

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais. Em 31 de dezembro de 2018, compõem parte do saldo da rubrica de “Aplicações financeiras” (Nota nº 7).

##### **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

## Notas Explicativas

### d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

### e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

### f) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota nº 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

### h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

## Notas Explicativas

### i) Ativos intangíveis

#### i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota nº 11.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga da Concessão", no ativo intangível (Nota 11 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

### j) Provisões

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 02 anos, descontados a valor presente a uma taxa de 6,5% com base na projeção de CDI e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

## Notas Explicativas

A Companhia reconhece também uma provisão para conserva especial, com gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento da rodovia nos próximos cinco anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão, as provisões totalizam em 31 de dezembro de 2018 um montante de R\$ 31.329 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 29.660).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota nº 15).

### k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota nº 14).

### l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

### m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

### n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

## Notas Explicativas

### o) Reconhecimento de receita

#### i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

#### ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2018	2017	2018	2017	2018	2017
245.611	245.919	(243.128)	(243.460)	2.483	2.459

### p) Benefícios a empregados

#### Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram de R\$ 373 e R\$ 277, respectivamente.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

## Notas Explicativas

### q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 5.053 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 4.909).

### r) Ajuste a valor presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## 2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

### IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

#### (i) Classificação e mensuração

- **O IFRS 9/CPC 48:** estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

## Notas Explicativas

A partir de janeiro de 2018, conforme apresentado a seguir, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos:

	Classificação anterior CPC 38 (IAS 39)	Classificação atual CPC 48 (IFRS 9)
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Outros passivos
Debêntures	Outros passivos	Outros passivos
Partes relacionadas	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
<b>Não circulante</b>		
Debêntures e empréstimos	Outros passivos	Outros passivos
Partes relacionadas	Outros passivos	Outros passivos
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos

### (ii) *Impairment* de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.



## Notas Explicativas

### IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

- **IFRS 15/CPC 47:** substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18 e CPC 17 (R1)/IAS 11), relacionadas com os serviços aos usuários e os serviços de construção e melhoria da infraestrutura do contrato de concessão de rodovia, sendo esta última reconhecida historicamente com base na ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e OCPC 05 – Contratos concessão. Também não houve alterações nas receitas acessórias de cessão de espaços na rodovia e de outros contratos.

### IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

- **IFRS 16/CPC 06 (R2):** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia adotará o IFRS16/CPC 06(R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e estimou os principais efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2019, que podem ser assim apresentados:

	<u>01/01/2019</u>		<u>01/01/2019</u>
<b>Ativo circulante</b>		<b>Passivo circulante</b>	
		Arrendamentos operacionais	1.659
<b>Ativo não circulante</b>		<b>Passivo não circulante</b>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84	Arrendamentos operacionais	1.456
		Desmobilização	251
Direito de uso	3.119	<b>Patrimônio líquido</b>	
		Prejuízos acumulados	(163)
<b>Total do ativo</b>	<u>3.203</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>3.203</u>

## Notas Explicativas

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das demonstrações contábeis do próximo exercício, serão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2).

### 2.4. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 3. Gestão de risco financeiro

### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

## Notas Explicativas

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	102.920	94.099	-	-
BNDES (i)	89.373	91.383	158.417	15.083
Debêntures (i)	204.387	284.200	1.354.273	588.251
Mútuos - partes relacionadas (i)	28.150	29.133	94.173	594.277
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	156.195	13.140	-	-
BNDES (i)	122.544	115.481	277.384	31.549
Debêntures (i)	215.165	203.754	1.126.551	1.107.462
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.835	28.269	91.530	636.841

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

### d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e do índice de inflação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

#### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

## Notas Explicativas

### (ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,7%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	3,7%	4,0%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(\*) Fonte: Projeção Banco Santander - 04/01/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foi considerada uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima, como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,66%	8,33%	10,00%
IPCA (*)	3,68%	4,60%	5,52%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2019 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros (TJLP)

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	40.491	49.270	58.026

## Notas Explicativas

### (iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.507.112	1.583.464	1.662.029
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	63.938	66.876	70.131
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	445.734	487.401	531.177

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

#### f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

## Notas Explicativas

### g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

#### 3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.934.532	2.024.135
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(317.994)	(338.844)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(16.074)	(41.513)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.600.464</b>	<b>1.643.778</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>844.525</b>	<b>830.607</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>	<b>2.444.989</b>	<b>2.474.385</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>65%</b>	<b>66%</b>

#### 3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração dessas informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### 3.3. Estimativa do valor justo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

## Notas Explicativas

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### a) **Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

### b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

### c) **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### d) **Reconhecimento de receita de construção**

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

### e) **Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

### 3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

### 4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	317.994	338.844
Aplicações financeiras	16.074	41.513	-	-
Contas a receber	-	-	42.942	44.452
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	445	741
	<b>16.074</b>	<b>41.513</b>	<b>361.381</b>	<b>384.037</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>				
			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Empréstimos e debêntures			1.934.532	2.024.135
Fornecedores			219.255	156.255
Fornecedores - Partes relacionadas			159	635
Mútuos - partes relacionadas			403.643	387.289
Contas a pagar			5.381	12.325
			<b>2.562.970</b>	<b>2.580.639</b>

### 5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Contas a receber</b>		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	42.498	44.022
Receitas acessórias	444	430
<b>Total de contas a receber</b>	<b>42.942</b>	<b>44.452</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	311.889	328.894
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>	<b>311.889</b>	<b>328.894</b>
<b>Contra partes sem classificação externa de crédito</b>		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	2.390	4.544
Numerários em trânsito	3.093	4.769
Fundo de troco	617	632
	<b>6.105</b>	<b>9.950</b>
	<b>317.994</b>	<b>338.844</b>



## Notas Explicativas

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	3.093	4.769
Fundo de troco	617	632
Bancos conta movimento	2.390	4.544
Aplicações Financeiras (ii)	311.889	328.894
	<b>317.994</b>	<b>338.844</b>

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

### 7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 16.074 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 41.513), referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 14. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

### 8. Contas a receber

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<i>Automatic Vehicle Identification</i> (“AVI”) (i)	39.632	41.443
Vale pedágio (i)	3.776	2.579
Receitas acessórias	444	430
	<b>43.852</b>	<b>44.452</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>42.942</b>	<b>44.452</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>910</b>	<b>-</b>

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale-pedágio.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber.

## Notas Explicativas

### 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativo não circulante</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	173.023	163.936
Amortização da outorga	1.340	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	78.395	97.994
Provisão para contingências	2.027	212
Provisão para conserva especial	10.652	9.519
	<b>265.437</b>	<b>273.001</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Amortização da outorga (curva de demanda)	48.548	43.817
Margem de construção	6.697	6.298
Encargos financeiros	10.341	12.514
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	58.650	61.535
	<b>124.236</b>	<b>124.164</b>
	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		
Tributos diferidos ativos	265.437	273.001
Tributos diferidos passivos	(124.236)	(124.164)
	<b>141.201</b>	<b>148.837</b>

A variação do saldo dos impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao ano anterior, totalizou uma redução de R\$ 7.636 no saldo.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2019	13.381	19.599	32.980
2020	19.102	19.599	38.701
2021	21.396	19.599	40.995
2022	40.832	19.598	60.430
2023	59.493	-	59.493
2024 em diante	18.819	-	18.819
	<b>173.023</b>	<b>78.395</b>	<b>251.418</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## Notas Explicativas

## 10. Imobilizado

## a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.739	(3.211)	528	1.179
Móveis e utensílios	5	829	(576)	253	283
Veículos	20	8.299	(4.401)	3.898	5.665
Obras em andamento	-	1.003	-	1.003	7
		<b>13.870</b>	<b>(8.188)</b>	<b>5.682</b>	<b>7.134</b>

## b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo	3.604	781	8.292	7	12.684
Depreciação acumulada	(2.425)	(498)	(2.627)	-	(5.550)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.179</b>	<b>283</b>	<b>5.665</b>	<b>7</b>	<b>7.134</b>
Adições	146	48	139	996	1.329
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(61)	-	(61)
Depreciação	(797)	(78)	(1.845)	-	(2.720)
<b>Saldo contábil</b>	<b>528</b>	<b>253</b>	<b>3.898</b>	<b>1.003</b>	<b>5.682</b>
Custo	3.739	829	8.299	1.003	13.870
Depreciação acumulada	(3.211)	(576)	(4.401)	-	(8.188)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>528</b>	<b>253</b>	<b>3.898</b>	<b>1.003</b>	<b>5.682</b>

## 11. Intangível

## a) Composição

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
<b>Intangível em infraestrutura (i)</b>				
Edifícios e instalações	476.263	(63.175)	413.088	336.629
Pavimentações e conservação especial	585.713	(178.428)	407.285	496.704
Hardware equipamentos de pedágio	80.721	(17.957)	62.764	59.045
Demais melhorias e ampliações	562.609	(51.612)	510.997	359.011
Desapropriações	205.960	(18.560)	187.400	109.382
Máquinas e equipamentos	3.467	(878)	2.589	2.662
Móveis e utensílios	2.015	(462)	1.553	1.622
Veículos	930	(291)	639	822
Meio ambiente e elementos de segurança	165.943	(19.296)	146.647	138.759
Obras em andamento	164.269	-	164.269	275.325
	<b>2.247.890</b>	<b>(350.659)</b>	<b>1.897.231</b>	<b>1.779.961</b>
<b>Outros intangíveis (ii)</b>				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(292.542)	1.044.696	1.075.513
Softwares adquiridos de terceiros (*)	2.182	(1.363)	819	946
	<b>1.339.420</b>	<b>(293.905)</b>	<b>1.045.515</b>	<b>1.076.459</b>
	<b>3.587.310</b>	<b>(644.564)</b>	<b>2.942.746</b>	<b>2.856.420</b>

(\*) A taxa utilizada para amortização de *softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

## Notas Explicativas

### (i) Intangível – infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão, considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas, exceto pavimento e veículos operacionais, que são amortizados pela vida útil estimada com uma média entre 3 e 5 anos, as projeções são periodicamente revisadas.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

### (ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

### b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	2.002.202	1.337.238	2.182	3.341.622
Amortização acumulada	(222.241)	(261.725)	(1.236)	(485.202)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.779.961</b>	<b>1.075.513</b>	<b>946</b>	<b>2.856.420</b>
Adições	245.611	-	-	245.611
Baixas, líquidas de depreciação	(108)	-	-	(108)
Amortização	(128.233)	(30.817)	(127)	(159.177)
<b>Saldo contábil</b>	<b>1.897.231</b>	<b>1.044.696</b>	<b>819</b>	<b>2.942.746</b>
Custo	2.247.890	1.337.238	2.182	3.587.310
Amortização acumulada	(350.659)	(292.542)	(1.363)	(644.564)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.897.231</b>	<b>1.044.696</b>	<b>819</b>	<b>2.942.746</b>

## 12. Fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores nacionais	219.255	156.255
	<b>219.255</b>	<b>156.255</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>112.109</b>	<b>143.158</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>107.146</b>	<b>13.097</b>

## Notas Explicativas

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia. O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao ano anterior deve-se, principalmente, as negociações realizadas no exercício para alongamento de prazos de pagamentos com os principais fornecedores.

### 13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	343.626	424.112
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.612.189	1.626.575
Custos a amortizar (c)	R\$		(21.283)	(26.552)
			<b>1.934.532</b>	<b>2.024.135</b>
<b>(-) Passivo circulante</b>				
Empréstimos BNDES			(93.383)	(94.237)
Debêntures			(155.380)	(166.309)
<b>(-) Passivo circulante</b>			<b>(248.763)</b>	<b>(260.546)</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimo BNDES			249.574	328.861
Debêntures			1.436.195	1.434.728
<b>Passivo não circulante</b>			<b>1.685.769</b>	<b>1.763.589</b>
			<b>(1.934.532)</b>	<b>(2.024.135)</b>

#### (a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES, no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + taxa de referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu no acumulado deliberações pelo BNDES, no montante de R\$ 654.938, sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou parcelas do BNDES, no montante de R\$ 118.293, sendo R\$ 85.681 de principal e R\$ 32.612 de juros e correções monetárias.

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. A seguir a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
jul/18	TJLP + 2,32%	-	805
abr/21	TJLP + 2,32%	51.586	73.218
mai/22	IPCA + 8,11%	108.136	130.215
mai/22	IPCA + 9,60%	15.841	19.076
mai/22	IPCA + 8,66%	18.742	22.569
abr/23	TJLP + 2,32%	77.558	108.814
abr/25	TJLP + 2,32%	71.763	69.415
		<b>343.626</b>	<b>424.112</b>

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

## Notas Explicativas

### (b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou a sétima parcela referente à primeira série das debêntures, no montante de R\$ 216.363, sendo R\$ 44.000 de principal e R\$ 172.363 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2018 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	824.364	840.807
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	787.825	785.768
					<b>1.612.189</b>	<b>1.626.575</b>

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2023	19,00%
		julho de 2024	23,00%

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

### (c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	25.537	1.015	26.552	31.983
(-) Amortizações	(4.924)	(345)	(5.269)	(5.431)
Saldo no final do período / exercício	20.613	670	21.283	26.552

## Notas Explicativas

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2019	4.958	273	5.231
2020	4.823	195	5.018
2021	4.379	119	4.498
2022	3.490	56	3.546
2023	2.305	17	2.322
2024 em diante	658	10	668
	<b>20.613</b>	<b>670</b>	<b>21.283</b>

### (d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	-	129.654
2020	210.859	199.910
2021	272.774	259.624
2022	374.095	357.311
2023	374.686	360.219
2024 em diante	453.355	456.871
	<b>1.685.769</b>	<b>1.763.589</b>

### (i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

### (ii) Principais compromissos assumidos (*covenants*)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2018.

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas

### a) Composição

Os saldos em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	424	61	-	837	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) (iii)	21	-	-	3.185	-	-
Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) (i)	-	-	403.643	-	-	62.713
Odebrecht Previdência (“Odeprev”) (iv)	-	98	-	-	373	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>445</b>	<b>159</b>	<b>403.643</b>	<b>4.022</b>	<b>373</b>	<b>62.713</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>741</b>	<b>635</b>	<b>387.289</b>	<b>10.817</b>	<b>125</b>	<b>26.997</b>

## Notas Explicativas

### (i) OTP

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mútuo OTP (a)	412.776	397.544
Custos de transação (b)	(9.133)	(10.255)
	<b>403.643</b>	<b>387.289</b>

- a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo, no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 412.776 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 397.544).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 62.713, referente a juros, correções monetárias e custos de transação sobre mútuo.

A Companhia liquidou o montante de R\$ 46.358, sendo R\$ 26.915 referente a juros, correções monetárias e R\$ 19.443 referente a custo de transação adicional, conforme 2º aditamento contratual do mútuo.

- b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

### (ii) CNO

O montante de R\$ 837 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 424 a receber junto a CNO, referente reembolso de custos com aquisição de materiais para obras de prolongamento da Rodovia SP 083, realizadas pelo Consórcio Corredor Dom Pedro I.

### (iii) ODBVias

O montante de R\$ 3.185 com a ODBVias refere-se à prestação de serviços compartilhados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 21 a receber da empresa ODBVias, referente a repasse de passivos trabalhistas.



## Notas Explicativas

### (iv) Odeprev

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 373, referente ao plano de previdência complementar destinados aos seus integrantes e apresenta um saldo de contas a pagar no montante de R\$ 98.

### (v) FIDC

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 16.074, referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – fornecedores CRB (“FIDC”), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

### (b) Honorários da Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalizou os montantes de R\$ 1.590 e R\$ 2.508, respectivamente:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Salários	1.258	2.461
Encargos	216	398
Previdência complementar	97	49
Outros	19	30
	<b>1.590</b>	<b>2.938</b>

### 15. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contingências trabalhistas e previdenciárias	989	60
Reclamações cíveis	3.320	347
Contingências tributárias	1.764	328
	<b>6.073</b>	<b>735</b>

Os montantes apresentados na tabela acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 108.057 em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 11.576).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta R\$ 39.122 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.663) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível e tributária. O aumento está relacionado ao processo de Ágio na incorporação de parcela cindida de sua antiga controladora OTPP, a Companhia efetuou um depósito cujo o valor atualizado é de R\$ 37.537.

## Notas Explicativas

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista OTPP, ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369, como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos.

### 16. Provisão para conserva especial

#### a) Composição

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão de conserva especial	31.329	29.660
	<b>31.329</b>	<b>29.660</b>

#### b) Movimentação

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29.660</b>
Constituição/reversão de provisão a valor presente	34.904
Baixa de conserva especial	(33.235)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>31.329</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 31.329 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 29.660) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente, a uma taxa de 6,5% com base na projeção de mercado do CDI, e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

### 17. Antecipação de Direitos a Faturar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	-
	<b>60.000</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000 referente à Antecipação de Direitos a Faturar a “XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados”, referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito pois todas as ações são avaliadas como Prováveis ou Possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses.

## Notas Explicativas

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela OTP.

#### b) Reserva de lucros

##### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

##### (ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro do exercício	13.918	55.470
Constituição reserva legal (5%)	(696)	(2.774)
Base de cálculo dos dividendos	13.222	52.696
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	3.305	13.174

Em 11 de fevereiro de 2019 a controladora ODBVias, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou a Administração da Companhia a sua intenção de não realizar a distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

A Administração da Companhia seguindo instruções dos acionistas constituiu a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 9.917, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório em função do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que determina que a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

## Notas Explicativas

### c) Reserva de capital

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTPP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a OTP passou a deter 100% do capital total da Companhia.

### 19. Receita líquida

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	245.611	245.919
Receitas em numerário	181.176	180.674
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	440.269	435.941
Receitas de vale pedágio (iii)	40.581	34.478
Receitas acessórias	20.864	21.191
<b>Receita de operação</b>	<b>682.890</b>	<b>672.284</b>
Receita total	928.501	918.203
Tributos sobre serviços de operação	(58.870)	(58.920)
	<b>869.631</b>	<b>859.283</b>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu R\$ 245.611 e R\$ 245.919, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão;
- Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale-pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

### 20. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Depreciação e amortização	(161.752)	(114.512)
Salários e encargos	(31.637)	(27.162)
Gastos gerais	(6.347)	(8.699)
Serviços de terceiros	(25.021)	(27.123)
Seguros	(6.445)	(7.033)
Outorga variável	(10.250)	(10.063)
Provisão para conserva especial	(32.458)	(24.394)
Materiais	(8.494)	(8.443)
	<b>(282.404)</b>	<b>(227.429)</b>
Custo de construção ICPC 01-R1	(243.128)	(243.460)
	<b>(525.532)</b>	<b>(470.889)</b>

## Notas Explicativas

<b>21. Despesas gerais e administrativas</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
Salários e encargos	(10.185)	(9.560)
Serviços de terceiros	(7.900)	(8.086)
Depreciação e amortização	(145)	(1.305)
Materiais e equipamentos	(587)	(391)
Despesa com veículos	(371)	(314)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(730)	(302)
Despesas com viagens	(22)	(69)
Provisão para contingências	(5.338)	(145)
Gastos gerais	(2.408)	(2.864)
	<b>(27.686)</b>	<b>(23.036)</b>

## 22. Resultado financeiro líquido

	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(30.728)	(25.784)
Juros sobre mútuos	(27.219)	(25.901)
Juros sobre debêntures	(145.689)	(146.528)
Custos de transação	(29.890)	(6.599)
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(78.294)	(73.464)
Juros sobre atraso	(301)	(46)
IOF	(156)	(328)
Ajuste a valor presente	(2.446)	598
Outras	(8.997)	(5.401)
	<b>(323.720)</b>	<b>(283.453)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	26.681	31.047
Outras	1.812	2.182
	<b>28.493</b>	<b>33.229</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(295.227)</b>	<b>(250.224)</b>

## 23. Outras receitas (despesas) líquidas

	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
<b>Outras despesas</b>		
Baixa do ativo intangível (i)	-	(31.567)
Baixa do ativo imobilizado	(170)	(20)
	<b>(170)</b>	<b>(31.587)</b>
<b>Outras receitas</b>		
Outras receitas	391	75
	<b>391</b>	<b>75</b>
	<b>221</b>	<b>(31.512)</b>

(i) O valor refere-se à baixa de ativos de pavimentação.

## Notas Explicativas

### 24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes dos impostos	21.407	83.622
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(7.278)	(28.432)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(358)	280
Outros (*)	147	-
Efeito IR e CSLL no resultado	(7.489)	(28.152)
IR e CSLL corrente	147	(11.146)
IR e CSLL diferido	(7.636)	(17.006)
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>(7.489)</b>	<b>(28.152)</b>

(\*) Refere-se a ajuste na apuração do IRPJ e CSLL Corrente de 2017.

### 25. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores	33.674	(125.839)
Outros ativos	-	(6.438)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>33.674</b>	<b>(132.277)</b>
Adições de ativo intangível	(33.674)	130.870
Adições de ativo imobilizado	-	1.407
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(33.674)</b>	<b>132.277</b>

### 26. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros-garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	217.330
Risco operacional	400.000
Responsabilidade Civil	130.000
Risco de Engenharia	621.072

(\*) 100% a 110% da tabela FIPE.

## Notas Explicativas

### 27. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante à divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro (prejuízo) do exercício	13.918	55.470
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	25,00	99,62

#### (a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

### 28. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de juros junto ao BNDES, no montante de R\$ 5.629.

Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de juros, correção monetária, e amortização de valor nominal, no montante de R\$ 94.439, referentes a 1ª Emissão de Debêntures.

De acordo com o comunicado de fato relevante feito ao mercado em 29 de janeiro de 2019, a controladora ODBVias assinou o compromisso de venda de 85% do capital social total e votante da Companhia para o Fundo de Investimentos SCP 1335.

A Transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições suspensivas previstas no Contrato que incluem a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

\* \* \*

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

### **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 869.631 mil em 2018, apresentando uma redução de 6,2% em relação ao projetado. As principais variações aconteceram nas seguintes rubricas: (i) Receita de Pedágio, que sofreu uma redução de 9,5%, devido principalmente a suspensão do pagamento de eixo suspenso a partir do dia 31 de maio de 2018 e (ii) Receita Acessória, com um aumento de R\$ 4.631 mil, referente a variação de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

O investimento em ampliação e manutenção realizado no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 276.363 mil, representando um aumento de 1,5% em relação ao projetado.

*Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 30/11/2017.*



## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre

essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Companhia explora pelo regime de concessão, o Corredor Dom Pedro, sendo remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. Consideramos novamente neste exercício este assunto como de risco e relevante para nossos trabalhos e, portanto, um PAA, devido ao alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança que requerem da Companhia controles operacionais implementados de forma a capturar adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas Notas Explicativas no 2.2 – o (i) e no 19.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: i) confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; ii) teste dos controles chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e iii) testes documentais para validação dos valores reconhecidos no período. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento e mensuração das receitas foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 2.2, item i (i) às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa no 2.2 o (ii) às demonstrações contábeis. Em decorrência de ser uma área de risco e de valores significativos, consideramos novamente neste exercício este assunto como PAA, devido a possibilidade de ocorrência de erros no registro e valorização do ativo intangível que podem apresentar riscos significativos de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa no 11 às demonstrações contábeis e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas no 19 e no 20 às demonstrações contábeis, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos

valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência às adições dos itens registrados no ativo intangível, utilizamos o método de seleção estatística através do razão contábil da conta do ativo intangível para realização dos testes substantivos para evidenciação da integridade do custo registrado e realizamos testes de recálculo da amortização, onde os ajustes identificados foram realizados pela administração em virtude dos controles internos implementados. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização do ativo intangível estão aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de fevereiro de 2019

Nelson Fernandes Barreto Filho

CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Itatiba, 26 de Março de 2019.

---

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretor - Presidente

---

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Itatiba, 26 de Março de 2019.

---

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretor - Presidente

---

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.